

REFLEÇÕES SOBRE O MEDO

[REFLECTIONS ON FEAR]

Jorge Alberto Ramos Sarmiento *
Universidade Federal do Pará, Brasil

RESUMO: O presente trabalho pretende, de forma muito breve, proporcionar algumas reflexões sobre o fenômeno do medo ao longo de um processo histórico, a partir de um ponto de vista de vários pensadores, desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais. Mais do que um fenômeno individual, o medo pode ser considerado como uma representação coletiva, e em sua conexão com a religião tem sido um importante instrumento de controle social. Na atualidade, as reflexões de pensadores como Slavoj Žižek alertam que em função da necessidade de um processo de organização social e administração eficiente da vida em grupo, bem como da possibilidade de se dispor de um poder de grande amplitude, o poder do medo torna-se cada vez mais relevante, dando ênfase a chamada política do medo. Em uma realidade cada vez mais desprovida de perspectivas futuras, onde se busca evitar tudo que seja capaz de causar sofrimento, o medo passa a adquirir uma modalidade de consumo, desprovido das antigas visões religiosas.

PALAVRAS-CHAVES: medo; controle social; conflitualidade

ABSTRACT: The present work intends, very briefly, to provide some reflections on the phenomenon of fear along a historical process, from the point of view of various thinkers, from Classical Antiquity to the present day. More than an individual phenomenon, fear can be considered as a collective representation, and in its connection with religion has been an important instrument of social control. At present, the reflections of thinkers like Slavoj Žižek warn that because of the need for a process of social organization and efficient management of group life, as well as the possibility of having a wide range of power, the power of fear becomes increasingly relevant, emphasizing the so-called politics of fear. In a reality increasingly devoid of future prospects, where one seeks to avoid anything that is capable of causing suffering, fear begins to acquire a mode of consumption, devoid of old religious views.

KEYWORDS: fear; social control; conflict

“A esperança é um alimento da nossa alma, ao qual se mistura sempre o veneno do medo”

Voltaire

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade marcada pela complexidade, pluralidade e desigualdade, onde a conflitualidade e os novos mecanismos do poder assumem formas sombrias, nas quais o medo, tal como em períodos anteriores, não deixa de ser baseado em crenças que se estabelecem e se sedimentam em nossa realidade. A convivência com o medo se torna, portanto, cada vez mais natural, a ponto

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará, UFPA. Professor Associado da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal do Pará, UFPA. E-mail: jsarmiento50@gmail.com

de torná-lo banal. O medo da morte, o medo da violência urbana, o medo do desemprego etc., nos levam a considerar esse fenômeno de considerável relevância para a compreensão do mundo que nos cerca.

Tomado como potência divina na Antiguidade, o medo foi objeto de reflexão de pensadores como Platão e Aristóteles, os quais procuraram imprimir um significado desprovido das visões míticas a que tal fenômeno se encontrava vinculado. No período medieval o medo se torna um valioso colaborador da ordem teocêntrica patrocinada pela Igreja Católica na consolidação de seu poder espiritual e político, uma vez que a salvação da alma se torna a prioridade do homem medieval, o qual deveria evitar todo tipo de pecado, e lutar contra o diabo, personificado como eterno inimigo de Deus. Maquiavel, a partir do século XV, na nova formulação da política, descreve o quanto o temor a Deus presente na observância da religião é um ingrediente essencial para o exercício do poder. No trabalho dos teóricos contratualistas como Hobbes o medo se torna a própria condição da política, na medida em que somente o fim do estado de natureza, enquanto estado de beligerância, com a implementação de um contrato social vai garantir a pacificação, através do contrato social. Na visão de Rousseau é no estado de natureza que o homem garante sua conservação, sendo que com a implantação do estado de sociedade o indivíduo se torna degenerado e passa a sofrer com os “medos” da civilização.

Com as contribuições de Nietzsche que denuncia a inautenticidade das formas de vida relegadas ao homem moderno e de Freud que em sua concepção aponta para o fato de que o medo é tão grande nas sociedades contemporâneas que chega ao ponto de fazer os indivíduos desprezarem os laços de todos os sentimentos de consideração pelos outros, assistimos a um aprofundamento acerca do debate sobre o tema, e nas formulações desenvolvidos por teóricos como Bauman, Zizek e outros, uma nova perspectiva do *modus operandi* do medo na dimensão política de nossas atuais sociedades, através da implementação pela nova visão neoliberal da chamada política do medo.

2. O MEDO NA ANTIGUIDADE CLÁSSICA

Para a maioria dos teóricos, o medo não pode ser compreendido como um fenômeno exclusivamente humano, tendo em vista que ele se encontra presente em muitas espécies animais, sendo de fundamental importância para a sobrevivência, independentemente da complexidade da forma de vida animal. Sentir medo e fugir do perigo constitui um princípio da lei natural, e não pode ser associado a uma patologia, sendo o medo patológico, denominado de *fobia*, tal como assim definido.

São medos determinados psicopatologicamente, desproporcionais e incompatíveis com as possibilidades de perigo real oferecidas pelos desencadeantes, chamados de objetos ou situações fóbigenas. Assim, o indivíduo tem um medo terrível e desproporcional de entrar em elevador, de gatos ou de contato com pessoas desconhecidas (DALGARRONDO, 2008, p. 17).

Na mitologia grega o medo era personificado pelo deus Phóbos, filho de Ares e Afrodite, o qual acompanhava seu pai (Ares) nos campos de batalha e era responsável por introjetar a covardia e o medo no coração dos inimigos, fazendo-os fugir. Delumeau (1989) em seus estudos dirigidos na busca de identificar a presença do medo nos comportamentos coletivos, destaca a mitologia dos gregos no processo de divinização das paixões, onde Deimos (o temor) e Phóbos (o medo) representam duas potências, as quais em tempos de guerra eram muito requeridos, no sentido de se manter a harmonia

e a integração no quadro dos guerreiros.

Devemos considerar que em épocas remotas o medo não deixou de se constituir um elemento de reflexão. Na Antiguidade clássica, por exemplo, Aristóteles, pensador de enorme influência em toda a história do pensamento, estabelece uma definição bastante coerente acerca dessa categoria, ao afirmar que o medo “é uma dor ou agitação produzida pela perspectiva de um mal futuro”. Nesse ponto de vista o medo constitui a antecipação de um sofrimento que poderá recair sobre determinada pessoa. A ansiedade, a angústia, enquanto um estado de espírito que nos impede de exercer certa tranquilidade e de manter um controle sobre nós mesmos, tão comuns no cotidiano da vida moderna, se constituem os elementos que contraditoriamente à vida, entendida essa como pressuposto ao atingimento da felicidade e da completude do ser, nos distanciam cada vez mais da verdadeira forma de viver.

Platão, mestre de Aristóteles e fundador da Academia em Atenas, desenvolve uma reflexão sobre o medo, cuja preocupação se encontra associada a uma tentativa de abrandar o medo da morte, enquanto uma característica presente na tradição grega e através de uma análise interpretativa desenvolvida pelo mesmo em dois diálogos, *Fédon* e *Crátilo*, se esforça em mostrar que o nome Hades apresenta significados que não devem ser pautados em definições superficiais. Nesse ponto de vista, Platão apresenta no *Fédon* uma determinada interpretação respaldada pela tradição na qual Hades, o Deus grego das profundezas tem seu nome relacionado ao “in-visível”, mas mostrando que o invisível é bom e puro, desvinculando-o de uma ideia daquilo que não se conhece e que é capaz de causar temor. Já no *Crátilo* passa a existir uma proposição vinculada a uma nova leitura, onde Hades passa a significar o que “tudo sabe”, sendo um lugar de onde não se volta não porque esteja relacionado a um cárcere, mas sim um lugar de onde nenhuma alma purificada gostaria de sair. Apesar de contraditórias, essas interpretações objetivam, segundo Vieira (2016, p. 94) “extirpar o temor da morte tão pervasivo na cultura grega”, visto que o medo da morte provoca um estado de espírito negativo nos guerreiros que irão defender a cidade. Em um contexto histórico em que os cidadãos precisam, permanentemente salvaguardar os interesses de segurança de suas cidades e encontrar-se sempre motivados para as operações bélicas, é imprescindível que haja uma imagem positiva do Hades enquanto morada das almas. No diálogo *República*, Platão censura os poetas que elaboram uma imagem negativa dos deuses, em função dos mesmos não contribuírem para o bom desempenho dos guerreiros.

E então? Quem acredita na existência do Hades e o considera pavoroso poderá mostrar-se destemido diante da morte e, nos combates, preferirá morrer a ser vencido ou a tornar-se escravo? (...) Precisaremos, por conseguinte, estender nossa vigilância aos que se aventuram a tratar também desse gênero de fábulas e insistir com eles para que não adulterem tão nesciamente as coisas do inferno; pelo contrário, deverão elogiá-las, pois não apenas é falso tudo o que contam, como de todo inútil para os futuros combatentes. (PLATÃO, 2000, p. 135).

Essa análise platônica apresenta um caráter bastante pedagógico na problemática de combate ao medo, na medida em que tal sentimento deve ser suprimido da comunidade dos guerreiros onde deve se priorizar uma formação de essencial importância para a perfeita integração entre os membros da pólis, a ser alcançada por uma educação que objetiva em última análise a construção de uma cidadania desvinculada de todos os temores do espírito humano.

Epicuro, importante filósofo do período helenista, direciona seu pensamento em busca da tentativa de resolver o sofrimento humano, mostrando que o verdadeiro sábio

é aquele que é capaz de manter o autocontrole se si mesmo, não se deixando afetar pelo mundo exterior. Epicuro considera que o estado de imperturbabilidade somente pode ser atingido pelo conhecimento de si mesmo e do universo, sendo que as opiniões falsas é que são a causa de nossos medos. A libertação de todas as falsas crenças, das superstições e de tudo o que nos impede de compreender verdadeiramente as coisas é que nos proporcionará uma existência sem medos. A busca da origem de nossos medos pode nos proporcionar a libertação deles. A morte enquanto algo natural e certeza absoluta de toda existência parece que produz em muitas pessoas certa angústia e medo, mas porque nos preocupar com a morte se quando ela não existe nós existimos e quando nós existimos ela não existe? Nem mesmo o princípio da vida eterna, tão caro aos cristãos parece pôr fim a essa problemática, nesse sentido vale o questionamento de Nietzsche: “se os cristãos têm tanta certeza da vida eterna, por que motivo eles têm tanto medo de morrer?”.

Para Sêneca, representante da escola estoica, torna-se necessário enfrentar tudo aquilo que nos causa medo e não nos deixarmos acostumar em nossa zona de conforto, visto que quando vivemos o que tememos, passamos a diminuir o nível das dificuldades, ao mesmo tempo que passamos a ter mais firmeza e força no trato com as adversidades.

3. A PERCEÇÃO DO MEDO NA IDADE MÉDIA

Na Idade Média, que compreende um período de cerca de mil anos e que vai do século V ao século XV, geralmente denominado de “período das trevas”, podemos notar uma forma de pensamento centrado numa visão religiosa, em função da hegemonia estabelecida pela Igreja Católica, que aos poucos foi se afirmando em toda a Europa em substituição à antiga unidade exercida por Roma.

A recorrência ao medo (em particular ao medo da morte) passou a se constituir um importante elemento no estabelecimento da hegemonia da Igreja Católica na Idade Média, fato que está associado à elaboração da doutrina cristã, desenvolvida por Santo Agostinho, entre outros pensadores, num primeiro momento da Idade Média. Doutrina essa que foi buscar em autores como Platão e Plotino, uma base compreensiva e interpretativa para as Sagradas Escrituras, reintroduzindo um dualismo ontológico, onde este mundo passa a ser visto como imperfeição e a história humana como uma luta entre o bem e o mal, tão bem representados na “Cidade de Deus”. Nessa constante peleja, personificada em última análise nas figuras de Deus e o Diabo, o homem deve estar atento para as armadilhas deste último, tendo em vista que uma vida pecaminosa poderá levá-lo ao fogo eterno do Inferno. Nesse contexto, a Igreja passa a se utilizar do medo como elemento importante do temor a Deus. A criação do Tribunal da Inquisição com a utilização de toda sorte de torturas é em si um bom exemplo da coação para a manutenção da ordem e da doutrina através do temor. Na verdade, a grande preocupação na Idade Média não reside na questão da morte, mas, sobretudo, com a salvação da alma. Sendo esse período marcado por doenças, guerras e toda sorte de males, e aqueles que haviam sobrevivido a essas coisas, padeciam de uma morte lenta esperando em Deus a salvação de suas almas. Em tal contexto, surgem os elementos essenciais para determinadas práticas onde o medo às tentações e ao pecado tornam cada vez maior a submissão do indivíduo à Igreja.

isto explica a preocupação dos indivíduos em praticarem a excessiva devoção que era exercida em paralelo às manifestações de piedade. Algo que se concretizava com a entrega do jejum, das vigílias excessivas e rígidas; da

constante preocupação em praticar as coisas da Igreja agindo contra as tentações do demônio (ARIES, 1990, pp. 55-8).

Na Baixa Idade Média, marcada pelas guerras das cruzadas, pela peste e pela intolerância da Inquisição, a visão do medo passa a ser representada pela dor e pela ausência dos que morrem, bem como pelo constante temor da própria morte, a qual passa a ser enfatizada como o pior dos males da Idade Média. Nesse cenário, as ordens religiosas passam a propagar o ideário do medo como necessidade do distanciamento de todo contato pecaminoso.

No final da Idade Média, novas formas de compreensão da morte tomaram conta dos espíritos, através dos castigos de Deus, por exemplo, o macabro esqueleto com a foice, que exprimiu a profunda angústia dos tempos da Peste Negra. Para tanto, contribuíram para essa espiritualidade e na concepção do além os pregadores franciscanos e dominicanos que lembravam às pessoas da corruptibilidade de todas as coisas, sendo o cadáver putrefato a imagem preferida nos sermões. (DELUMEAU, 1989, p.25).

Enquanto em Platão o medo da morte apresenta um aspecto negativo da tradição que se encontra presente na religião passa a ser criticado, na Idade Média observa-se um retorno desse temor enquanto instrumento de dominação por parte da Igreja.

Tanto Delumeau (1989) quanto DUBY (1999) defendem a ideia de que na Idade Média ocorreu um processo de internalização das emoções, destacando-se entre elas o medo, contexto no qual a Igreja Católica teria proporcionado uma grande contribuição para esse fato, na medida em que elegeu o medo do demônio e do pecado como prioridade para a afirmação da fé cristã. Uma vez nomeados os inimigos e adversários que tanto temor e medo causavam aos homens, torna-se necessário combatê-los a todo custo.

No pensamento de Elias (1993) se assiste a uma internalização do medo, cujo desenvolvimento se verifica de modo gradual e complexo. Para esse pensador, o homem medieval não tinha controle sobre as paixões, havendo, portanto, a necessidade de um controle mais efetivo sobre a conduta. Para tal, surgem mecanismos de controle orientados por terceiros, que passam a ser convertidos em mecanismos de autocontrole.

A partir do século XVI, o pensamento de Maquiavel procura mostrar a importância do sentimento do medo presente na religião na preservação da integração política e social.

(...) Maquiavel é claro: religião é *timore di Dio*. O fundamento da religião para Maquiavel é, pois, o medo de um Deus que, ainda que seja apresentado como algo que tem certa feição humana, considerado em si mesmo não constitui razão de obrigação política e de vínculo social. Contudo, ainda que o medo de um Deus não tenha nada que o faça critério e fundamento de comportamentos políticos e sociais por si mesmo, pode tornar-se tal graças à intervenção prudente de um legislador que saiba alimentar, orientar e, sobretudo, organizar em instituições estáveis esse sentimento humano, tornando-o, assim, apto a suscitar coesão política e obediência civil. (AMES, 2006, p. 2).

Maquiavel procede um rompimento com o pensamento medieval ao atribuir toda convulsão política e social de seu país ao domínio cristão, devido a religião encontrar-se vinculada ao serviço da política.

A religião pagã, Maquiavel opõe a religião cristã, tendo em vista que ao defender uma vida contemplativa e passiva, a religião cristã torna enfraquecida a sua ação, impossibilitando, dessa forma, o processo de instrumentalização das classes sociais. Ao glorificar os humildes e desprezar as glórias e as grandes conquistas,

fragiliza as almas, o que se constitui para Maquiavel o maior erro da religião, tendo em vista que a humildade e a fragilidade contidas no discurso cristão, não oferecem nenhuma utilidade ao príncipe.

Por outro lado, a religião pagã se apresenta aos olhos desse autor como um bom instrumento de governo, o que pode ser atestado durante o período do Império Romano, onde a religião se tornou o instrumento manipulador do povo romano. Em virtude de se fundamentar na crença e no castigo, instrumentalizando e motivando a ação do homem, contribui de forma decisiva para o bem comum. A esse respeito, o referido autor destaca a estratégia utilizada pelo sucessor de Romulo, durante a fundação da Roma, para manter a integração social.

Este, encontrando um povo ferocíssimo e pretendendo conduzi-lo à obediência civil de forma pacífica, voltou-se para a religião como coisa de todo necessária para manter um clima de civilidade; e fê-lo de tal modo que por muitos séculos não houve, em parte nenhuma, tanto temor de Deus como naquela república, o que facilitou a qualquer empresa a que o Senado ou os grandes homens romanos entendessem meter os ombros. (MAQUIAVELI, 2010: 67).

A partir do século XVII até o século XVIII observa-se um processo de regulação de padrões de conduta na sociedade europeia, levando-se em conta uma sutil mudança de valores morais, onde os guerreiros passam paulatinamente a serem substituídos por cortesãos. Nesse cenário, o medo passa a adquirir o aspecto de uma emoção internalizada enquanto produto de uma construção histórica.

4. O MEDO NO PENSAMENTO MODERNO

Uma leitura sobre os autores clássicos do pensamento moderno pode nos mostrar que o medo enquanto sensação que antecipa um estado de sofrimento encontra-se relacionado à necessidade da conservação do indivíduo. Em Thomas Hobbes (1983) por exemplo, o estado de natureza, no qual o homem age em função de atingir seus próprios objetivos sem a existência de normas que garantam a proteção de todos, se torna um estado marcado pelo medo, tendo em vista que no mesmo não existem limites para o agir e, dessa forma, a guerra de todos contra todos torna difícil o convívio do homem com seus semelhantes. Tal estado, predominantemente marcado pelos direitos naturais é o estado do medo, onde se vive sobressaltado pela possibilidade de que em algum momento alguém pode estar tramando contra alguém para obter o atingimento de um determinado fim. A supressão das leis naturais e sua substituição por leis civis através do pacto social é o que garante o fim da intranquilidade e do medo entre os homens, sendo a organização social um instrumento fundamental para tal. No raciocínio de Hobbes (1983), o homem não se une a outros homens por um sentimento de amor aos mesmos, mas sim para se proteger. O estado de natureza não apresenta as condições necessárias à conservação da espécie, daí a predominância nesse estado desse instinto primário chamado medo, o qual levou o homem em busca da paz social através do contrato, instrumento pelo qual todos, de comum acordo cedem parte de suas liberdades e garantias individuais a um soberano [que pode ser o Estado ou o conjunto de leis] a quem passam a prestar obediência irrestrita e em contrapartida recebem deste a proteção.

Apesar do Estado absoluto de Hobbes (1983) estabelecer uma grande ênfase no direito à vida, ele continua marcado pelo medo. A esse respeito basta lembrar da gravura ilustrativa da primeira edição do *Leviatã* de 1651, a qual faz referência a um governante cujo corpo é constituído de seus súditos envergando uma espada, numa

referência de que tal governo se exerce pelo temor. E é justamente esse temor que é capaz de fazer com que os homens abram mão da liberdade que naturalmente possuem, pois nenhum homem renunciaria a tal liberdade se não fosse em função da morte violenta, “pois pior de tudo é o medo contínuo, e o perigo da morte violenta” (HOBBS, 1983, p. 78).

Apesar desse clima marcado pelo medo, o Estado hobbesiano não se encontra vinculado a uma tentativa de aterrorizar, visto que o terror se encontra presente - conforme Hobbes tão magistralmente faz questão de mostrar -, no estado de natureza, onde se desenvolve uma guerra de todos contra todos, num contexto em que se vive uma constante perspectiva de que em algum momento um amigo meu pode me matar.

No pensamento de Jean-Jacques Rousseau podemos entender que o estado de natureza é o estado que, ao contrário do que propõe Hobbes, apresenta as condições necessárias à conservação da espécie humana, onde o homem vivendo em harmonia com a natureza encontra-se em paz consigo mesmo e distanciado dos valores e dos sentimentos causadores do medo e do sofrimento. Para Rousseau o estado de natureza traduz as condições originais e perfeitas para o pleno desenvolvimento da natureza humana. Na obra *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, encontramos uma clara descrição desse homem original em seu estado primordial, marcado por uma vida saudável e pura, onde as necessidades se reduzem à busca da alimentação, da reprodução e o repouso, sendo que

os únicos males que teme, a dor e a fome, digo a dor e não a morte, pois jamais o animal saberá o que é morrer, sendo o conhecimento da morte e de seus terrores uma das primeiras aquisições feitas pelo homem ao distanciar-se da condição animal. (ROUSSEAU, 1983, p. 244).

A desigualdade, engendrada pelo espírito de sociedade, teria sido, segundo Rousseau, responsável pelas inclinações naturais do homem. Dessa forma, as transformações produzidas por uma forma de vida moldada pela convivência social, deram base a um ser degenerado, em todos os aspectos diferente daquele homem que usufruía de sua liberdade natural, sem medo das contingências que a natureza lhe impunha.

O medo na concepção rousseauliana melhor se evidencia pela forma de vida levada à termo pela modernidade, a qual, destruindo as antigas estruturas a que o homem esteve submetido, deixou ao mesmo como legado uma realidade incerta e cheia de temores. Nesse sentido, a contraposição do referido autor em relação à ideia de progresso, tão cara aos filósofos iluministas, se torna muito pertinente, em função de tal progresso não se encontrar associado a evolução moral do homem. A própria história, ao refletir a razão humana, não deixa de expressar as contradições, as guerras e a própria decadência do ser humano.

Assim como em Hobbes o medo é característico do estado de natureza, em função do conflito permanente ali existente entre os indivíduos, dificultando a conservação da espécie humana, para Rousseau é justamente no estado de sociedade, predominantemente marcado pelo egoísmo e pela desigualdade que o sentimento do medo se torna mais evidente.

Nas reflexões desenvolvidas por Nietzsche, o medo se encontra atrelado ao fato de que o homem, dominado por uma moral de escravos, está atrelado a uma vida social que provoca o seu aprisionamento, fato que acarreta um estado de distanciamento de suas potências intelectuais e afetivas. Segundo Mendonça (2011), a domesticação a que foi submetido esse homem provocou uma completa ausência de ação do mesmo sobre o mundo. Embora o homem esteja estagnado numa sociedade dormente, ele também é

vontade de potência, um conjunto de forças internas que se superam incessantemente.

O aspecto que melhor manifesta esse aprisionamento do homem no mundo diz respeito ao medo de ser ele mesmo. E o homem na concepção nietzscheana é, de forma mais direta e objetiva, vontade de potência. Ter medo da vontade de potência significa se distanciar das forças em conflito que se encontram presentes em tudo o que é humano e se encontra na natureza. O aprisionamento do homem, aquela ave de rapina que se transformou num cordeiro, encontra-se, justamente, no medo que esse homem tem de ser vontade de potência.

O aprisionamento do homem ao mundo, ao mesmo tempo que faz com que o homem comum passe a se apoiar no outro homem, produz um distanciamento dele mesmo e dos conflitos que se encontram presentes na vida, das forças de destruição, as quais também se constituem em forças de construção. Nesse contexto, o medo do silêncio surge como resultante de um processo no qual a solidão se torna característica de uma vida social cada vez mais destruidora da verdadeira natureza humana.

Tememos, quando estamos sós e silenciosos, que algo nos seja murmurado no ouvido, e é por isso que detestamos o silêncio e nos aturdimos com a vida em sociedade. O homem se livra ainda mais da visão do sofrimento que ele mesmo experimentou; fixando para si objetivos sempre novos, ele procura esquecer o que se estende atrás de si (NIETZSCHE, 2007, p. 65).

5. O MEDO NO PENSAMENTO CONTEMPORÂNEO: A POLÍTICA DO MEDO

A partir do início do século XX, Freud procurou mostrar o processo pelo qual o civilização transforma as pulsões dos indivíduos em aspirações de caráter social, cultural e intelectual, as quais, em função de não poderem ser satisfeitas, passam a dar origem a um sentimento de frustração, decepção e desajuste, que passam a ser comuns a todos os homens. O referido pensador faz alusão aos fenômenos psíquicos, os quais se encontram inseridos em uma coletividade e que são construídos de forma coletiva. Do ponto de vista freudiano, o sofrimento psíquico é derivado de uma insatisfação pulsional que é imposta pelas sociedades patriarcais, nas quais a religião apresenta relevante importância. Em tal contexto, a existência de uma excessiva moral sexual passa a exigir renúncias cada vez mais pesadas por parte dos indivíduos, fazendo com que a repressão social, atrelada a uma imposição de renúncia pelos desejos e fantasias se tornem as origens da infelicidade, do medo e do mal-estar das civilizações.

Freud bem soube mostrar a problemática existente nas sociedades contemporâneas, onde a competitividade se torna a regra geral para a sobrevivência humana, a partir da qual as relações travadas num ambiente de trabalho pode se tornar uma verdadeira arena, na medida em que os laços mútuos se quebram, gerando como consequência um exacerbado individualismo, onde o outro é visto como uma ameaça ao emprego de outrem. Em tais condições, cada indivíduo passa a se preocupar apenas consigo próprio, sem consideração pelos outros. Nesse sentido, “o medo tornou-se grande, a ponto de poder desprezar todos os laços e todos os sentimentos de consideração pelos outros” (FREUD, 1921, p. 122).

Tomando por base as reflexões freudianas, Costa (1989) assinala o quanto as sociedades ocidentais estabelecem determinados padrões de comportamento através dos quais se pode deduzir “a existência de uma forma particular de medo e reação ao pânico, que é a cultura narcísica da violência” (Costa, 1989, p. 167). Na análise desse autor, tal cultura é alimentada ao mesmo tempo que alimenta a degeneração social e o descrédito na justiça e na lei.

Bauman (2001), filósofo polonês, apresenta o conceito de modernidade líquida para caracterizar o processo de fluidez que se encontra presente no mundo globalizado, onde a volatilidade da liquidez predominante no contexto social passa a provocar uma desorganização de todas as esferas da vida, tais como o amor, a cultura, o trabalho, etc., em contraposição com a modernidade sólida, onde as instituições eram firmes, havia segurança no trabalho, assim como um salário digno, que permitia ao indivíduo viver com dignidade.

Ao tratar sobre os aspectos do medo predominantes na chamada modernidade líquida, Bauman (2008) estabelece uma tipologia de três modalidades de medos, baseada na concepção de Hughes Lagrange, que afetam os indivíduos em nossas sociedades. Em primeiro lugar aparece o medo resultante da impossibilidade de se garantir um trabalho, emprego ou qualquer tipo de sustento, fato que se vincula ao processo de fluidez das economias atuais; em segundo lugar surge o medo de não conseguir se estabilizar na estrutura social, o que em outras palavras significa o medo de perder a posição ou status que ocupa e de cair para posições incertas e vulneráveis; em terceiro lugar aparece o medo relacionado com a própria integridade física, decorrente do processo de crise social, conflitualidade e violência que assola as atuais sociedades. Em tais condições, devido ao nível de insegurança e conflitualidade, o “outro” passa a ser um “estranho” que potencialmente pode representar um perigo à existência alheia.

Numa sociedade marcada por uma cultura da violência, cujo quadro social se apresenta a partir de uma constante mudança e sem garantias quanto ao futuro, estabelecem-se as condições propícias para a insegurança e o medo, onde os valores predominantes passam a estar centrados no individualismo e no consumismo, trazendo como consequência a intensificação do sentimento de desamparo, o qual, por sua vez, irá fomentar determinados processos de defesa pessoal e de uma busca por segurança, cujos reflexos podem ser percebidos nos condomínios fechados e cada vez mais vigiados, no grande número de empresas que oferecem serviços de proteção e segurança e nos novos mecanismos tecnológicos destinados a tal objetivo.

Bauman (2008) apresenta os conceitos de “medo primário” e “medo secundário”. O primeiro diz respeito ao próprio medo da morte, comum a todas as espécies animais. Já o secundário se refere a uma forma de medo que se encontra inculcado socialmente, quando por exemplo deixamos de passar ou mesmo frequentar determinados lugares em função deles serem considerados perigosos, a esse respeito, o autor frisa que

O medo secundário pode ser visto como um rastro de uma experiência passada de enfrentamento da ameaça direta – de um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais ameaça direta à vida ou à integridade. (BAUMAN, 2008, p. 9).

O medo secundário sendo um “medo derivado” apresenta segundo o referido autor

Uma estrutura mental estável que pode ser mais bem descrita como o sentimento de ser *suscetível* ao perigo; uma sensação de insegurança (o mundo está cheio de perigos que podem se abater sobre nós a qualquer momento com algum ou nenhum aviso) e vulnerabilidade (no caso de o perigo se concretizar, haverá pouca ou nenhuma chance de se defender com o sucesso; o pressuposto da vulnerabilidade aos perigos depende mais da falta de confiança nas defesas disponíveis do que do volume ou da natureza das ameaças reais). Uma pessoa que tenha interiorizado uma visão de mundo que inclua a insegurança e a

vulnerabilidade recorrerá rotineiramente, mesmo na ausência de ameaça genuína, às reações adequadas a um encontro imediato com o perigo; o “medo derivado” adquire capacidade de autopropulsão. (BAUMAN, 2008, p. 8 – grifos do autor).

No entendimento de Bauman (2008), ante à certeza da morte torna-se necessário, no contexto social, a criação de mecanismos capazes de tornar tolerável a experiência da vida. Nesse sentido, o referido autor apresenta duas formas de se lidar com a morte: a primeira diz respeito a necessidade de desconstruí-la através de um completo detalhamento de suas causas, de forma que no final transparece uma ideia de que a mesma poderia ter sido evitada; em segundo lugar é através de um processo de banalização, vinculando-a com os fatos rotineiros do cotidiano, tal como o faz a mídia, em particular nos programas e periódicos policiais.

A disseminação do medo e da insegurança tornou-se presente nas sociedades contemporâneas atuais, na medida em que tais sociedades necessitam de ideias e sentimentos comuns que se disseminam entre os indivíduos com vistas à organização e administração da vida em grupo, assim como também permitir um poder de controle social e político de grande amplitude.

Complementando essa linha de raciocínio sobre o estatuto do medo na contemporaneidade, Slavoj Žižek, um dos pensadores mais proeminentes da atualidade, destaca a forma pela qual o poder se manifesta a partir de novos mecanismos de controle social. Na visão desse autor, a pós-política se constitui como a própria negação aparente dos combates ideológicos e passa a se concentrar na gestão e administração especializada, enquanto que a biopolítica, por sua vez, designa a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas. Em virtude da despolitização da vida, a forma que se torna possível para a mobilização das pessoas é através do medo, e é justamente por esse motivo que a biopolítica se transforma, em última análise, em uma política do medo.

Hoje a variedade predominante da política é a *biopolítica pós-política* – impressionante exemplo de jargão teórico que, no entanto, podemos decifrar com facilidade: a “pós-política” é uma política que afirma deixar para trás os velhos combates ideológicos para se centrar, por outro lado, na gestão e na administração especializadas, enquanto a “biopolítica” designa como seu objetivo principal a regulação da segurança e do bem-estar das vidas humanas. É evidente que hoje as duas dimensões se sobrepõem: quando se renuncia às grandes causas ideológicas, tudo o que resta é a administração eficaz da vida... ou *quase* apenas isso. O que significa que, com a administração especializada, despolitizada e socialmente objetiva e com a coordenação dos interesses como nível zero da política, a única maneira de introduzir paixão nesse campo e de mobilizar ativamente as pessoas é através do medo. Por isso, a biopolítica é em última instância uma política do medo que se centra na defesa contra o assédio ou a vitimização potencial. (ŽIZEK, 2014, p. 45 – grifos do autor).

Žižek destaca a diferença entre a política baseada num conjunto de axiomas universais e a política que renuncia à própria dimensão constitutiva do político, tendo em vista que releva do medo em função deste se constituir seu fundamental princípio mobilizador: “medo de imigrantes, medo da criminalidade, medo de uma depravação sexual ímpia, medo do próprio excesso de Estado e de sua carga tributária elevada, medo da catástrofe ecológica, medo do assédio”. (Idem, p. 46).

Em tempos de predominância de uma tal política, que se orienta pelo medo, Žižek apresenta um quadro característico da atualidade onde a tolerância passa a coincidir com o seu contrário, ou seja, devemos ser tolerantes com o outro na medida em que efetivamente não devemos nos aproximar demais dele, a ponto de invadir seu

espaço. Em outros termos, devemos respeitar a intolerância do outro à nossa proximidade excessiva, daí que a máxima “teme o teu próximo como a ti mesmo”, enquanto contraposição a um princípio basilar do cristianismo, passa a fundamentar uma forma de comportamento das sociedades capitalistas, no caso o direito de não ser assediado, que reflete o direito de permanecer a uma distância segura dos outros.

Essa nova modalidade de política ocidental, que toma como princípio organizador mobilizador o medo do ‘outro’, leva em consideração, conforme citado anteriormente, o sujeito que teme algo, procurando evitar aquilo que ele acredita que lhe cause uma ameaça, daí a lógica segundo a qual torna-se necessário criar um distanciamento daquilo que teme, criando-se, em consequência, uma barreira entre si e esse ‘outro’ como uma forma de proteção e sobrevivência. E é dessa maneira que se torna perceptível o *modus operandi* do medo de imigrantes (e por extensão, o medo de outros grupos) e a implementação das dificuldades que lhes são impostas na atualidade.

[...] uma vez que o Próximo é originalmente (como Freud suspeitou há muito tempo) uma coisa, um intruso traumático, alguém cujo modo de vida diferente, materializado em suas práticas e ritos sociais) nos perturba, abala o equilíbrio dos trilhos sobre os quais nossa vida corre, quando chega perto demais, esse fato também pode dar origem a uma reação agressiva, visando afastar o intruso incômodo. (ZIZEK, 2014, p. 58).

A política do medo surge no campo político das democracias ocidentais a partir dos acontecimentos do 11 de setembro nos EUA, fato que gerou apreensão à comunidade de teóricos políticos, na medida em que o Estado passa a protagonizar uma postura diferente daquela que se poderia esperar num contexto em que se clamava por tolerância e direitos no âmbito mundial. Na verdade, o medo como ideia política sempre se encontrou associado às variadas formas de tirania e, por conseguinte, à própria ideia de totalitarismo, no entanto, mais recentemente, a partir do terrorismo islâmico, assim como outros inimigos públicos, tomou seu lugar nos sistemas democráticos. Não podemos desconsiderar o fato de que o medo, conforme já frisamos anteriormente, pode ser situado no decurso de uma trajetória mais longa, e até mesmo a expressão “política do medo” “se torna redundante, na medida em que desde Hobbes essa é a condição da política. No entanto, a política do medo em sua versão mais recente apresenta peculiaridades que a tornam *sui generis* em sua lógica de controlar e governar, suscitando e administrando o medo como se esse apresentasse uma forma benevolente.

Loïc Wacquant (1999) procura mostrar a nova visão do quadro degenerativo do atual modelo político do Estado, o qual se estabelece vinculado a penalidade neoliberal, implementado após a dissolução do Estado social e cujas consequências se refletem na própria desestabilização da sociedade. Essa desestabilização, a nosso ver, pode ser compreendida como importante elemento na efetivação de uma forma de administração que se direciona num claro objetivo de administrar o medo, de estabelecer, pelo princípio do temor, ou mais claramente, por uma lógica a partir da qual o medo é produzido por um poder que usa o “tenham mais medo” enquanto forma de governar, apesar de seu caráter extremamente antidemocrático.

A penalidade neoliberal apresenta o seguinte paradoxo: pretende remediar com um “mais Estado” policial e penitenciário o “menos Estado” econômico e social que é a própria escalada generalizada da insegurança objetiva e subjetiva em todos os países, tanto do Primeiro como do Segundo Mundo. Ela reafirma a onipotência do Leviatã no domínio restrito da manutenção da ordem pública – simbolizado pela luta contra a delinquência de rua – no momento em que este se afirma e verifica-se incapaz de conter a decomposição do trabalho assalariado e

de refrear a hipermobilidade do capital, as quais, capturando-a como tenazes, desestabilizam a sociedade inteira. (WACQUANT, 1999, pag. 3).

As análises de Wacquant nos levam a compreender os elementos que apontam para uma nova forma de organização que se encontra fundamentada numa política do medo, a qual se sustenta pelo próprio processo de desestabilização social, onde o fortalecimento do Estado policial e penitenciário, atrelado a uma forma de punitivismo penal se torna uma prioridade num momento em que a insegurança se torna o principal problema. Nessas condições, onde se prioriza o repúdio a toda dor ou desprazer oriundos de um mundo cada vez mais desprovido de perspectivas futuras, onde se procura evitar tudo que seja capaz de causar sofrimento, se estabelece uma modalidade de medo que não mais se vincula aos mecanismos de fuga, de exorcismo, mas, sobretudo, de consumo, daí se poder dizer que esse tipo de medo em sua modalidade mais recente, talvez característico da nova roupagem do neoliberalismo, é um medo dessacralizado e banalizado, desprovido das características religiosas em que esteve atrelado em épocas anteriores.

No entendimento de muitos teóricos, como Chauí (2019) o liberalismo tal como se apresenta na atualidade, tem a característica de um novo totalitarismo, em função de que em seu núcleo se encontra o aspecto principal da formação social totalitária, que se refere à recusa da heterogeneidade social, em detrimento a uma imagem de sociedade homogênea e baseada na inexistência de classes sociais, bem como modos de vida fundados na pluralidade. O novo estilo desse totalitarismo é que diferentemente das formas que o mesmo possuía anteriormente, o Estado deixa de absorver a sociedade, ocorrendo a absorção do Estado pela própria sociedade, passando esta última a ser vista como o modelo para o Estado, onde todos as instituições – incluindo-se aí o próprio Estado –, passam a ser encarados como empresas. Em tais condições, na medida em que o Estado abandona a sua condição de instituição pública que se estabelece a partir de princípios e valores republicanos e democráticos, passa a se confundir com o próprio mercado, acrescendo-se a isso a eliminação dos direitos econômicos, sociais e políticos, os quais passam a se transformar em serviços regidos pela lógica do mercado, onde se passa a promover e incrementar o processo de exclusão e desigualdades sociais através da privatização dos direitos. Como consequência mais perversa desse novo *modus operandi* do neoliberalismo no campo econômico e social ocorre o surgimento de uma nova classe de trabalhadores, chamada de “precariado”¹ na medida em que tal conceito define um trabalhador sem garantias trabalhistas, sem contrato, sem estabilidade e detentor de uma cidadania incompleta², e cuja consciência se alimenta e se motiva através do medo. Medo da insegurança, da falta da dignidade e da instabilidade no trabalho.

Do plano político, as implicações desse novo modelo se estendem com a destruição da democracia representativa, com a conseqüente substituição da política pela *gestão*, e não mais pelos procedimentos deliberativos dos representantes da sociedade, através das eleições. A partir dessa lógica, se abre o espaço para que os gestores se autoproclamem os autênticos representantes do povo, com o qual passam a se relacionar através do meio *digital party*³, atuando sem mediação institucional e colocando em xeque a credibilidade das instituições políticas e jurídicas, bem como atuando através do medo, pela via da intimidação e da ameaça, oferecendo proteção aqueles que são ameaçados e em troca obter a lealdade, mantendo todos em subserviência aos seus interesses.

CONCLUSÃO

O medo enquanto uma emoção que antecipa uma experiência dolorosa, surge como algo natural e espontâneo em todas as espécies animais. Visto a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva ao longo de uma tradição histórica, em que tal fenômeno se encontra vinculado a valores e crenças, o medo se apresenta como um valioso instrumento que sempre esteve ligado à religião e ao poder político, fato que pode ser melhor compreendido nas reflexões de importantes pensadores, que nos trouxeram contribuições significativas para o desvelamento e denúncia de todas as práticas que desde a Antiguidade, quando o medo esteve atrelado a uma potência divina, quanto nos dias atuais, quando passa a encarnar a dimensão de uma política do medo, sempre tiveram um papel de assombrar e obstaculizar o enfrentamento das dificuldades que se apresentam no cotidiano de nossa existência.

Em um mundo marcado pela conflitualidade e por um acelerado processo de mudanças, o medo passa a ser um componente que expressa a fugacidade e a banalidade de um cotidiano onde se refugiam os sentimentos humanos. Por outro lado, não podemos ignorar que fatores de caráter político-econômico são importantes na determinação desse novo modelo de [des]organização social que estamos assistindo, sobretudo, com uma nova face do neoliberalismo que passa a construir um novo cenário, onde a produção do medo passa a fazer parte das regras do jogo.

Na medida em que o medo representa uma emoção e sendo a emoção decorrente de uma crença, as reflexões sobre o medo não deixam de nos levar a uma compreensão mais clara e questionadora acerca das visões que sustentam nossas crenças e nossas convicções individuais e coletivas, sejam elas no campo religioso, econômico, social e político.

REFERÊNCIAS

- AMES, José Luiz. Religião e política no pensamento de Maquiavel. *Kriterion – Revista de Filosofia*, vol. 47, nº 113. Belo Horizonte: junho 2006.
- ÁRIES, Philippe. *O homem diante da morte* – vol. I. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990.
- BAUMAN, Zigmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. *Medo líquido*. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.
- CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. Disponível em <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo-por-marilena-chauí/> Acesso em: 23/12/2019.
- COSTA, J. F. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.
- DALGARRONDO, Paulo. *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2008.
- DELUMEAU, J. *História do medo no ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, G. *Ano 1000, ano 2000: na pista de nossos medos*. São Paulo: Unesp, 1999.
- FREUD, Sigmund. *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Ed. Standard Brasileira de Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago, 2ª. ed., vol. XVIII, 1921.
- HOBBS, T. *Leviatã ou Matéria forma e poder de um estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Col. Os pensadores).
- MAQUIAVEL, N. *Discurso Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Editora Silabo: Lisboa, 2010.
- MENDONÇA, S. *Logos e filosofia em Heráclito: implicações éticas*, 1999, 141 p. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Campinas, 1999.
- NIETZSCHE, F. *Escritos sobre política*. São Paulo: Loyola, 2007.
- PLATÃO. *A República*. Belém: Edufpa, 2000.

- ROUSSEAU, J-J. *Ensaio sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Col. Os pensadores).
- VIEIRA, Celso de Oliveira. Em nome do Hades: Platão e as etimologias contra o medo da morte. Juiz de Fora: *Revista Ética e Filosofia Política*, Número XIX – vol. II, dezembro/2016.
- WACQUANT, Loic. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.
- ZIZEK, Slavoj. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014.

NOTAS

- 1 A esse respeito destaca-se a obra *The Precariat: The new dangerous class*, de Guy Stading, na qual uma nova classe composta por um número cada vez maior de pessoas passam a ter uma vida de insegurança, onde a instabilidade no emprego passa a conferir pouco significado à vida dessas pessoas.
- 2 A ideia de cidadania leva em conta três níveis de direitos: os civis, os políticos e os sociais, sendo estes últimos os mais difíceis de serem atingidos. No caso de uma cidadania incompleta se refere a um tipo de cidadão que não tem acesso a todos os direitos.
- 3 Constitui esse meio as redes sociais, o twitter, blogs etc.